

Governo prevê arrecadar R\$ 5 bi com Imposto Verde

Receita deve compensar perda com a rejeição à MP dos inativos e atraso na votação da nova CPMF

ADRIANA FERNANDES

e LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA – O governo espera conseguir uma arrecadação adicional de R\$ 5 bilhões com o Imposto Seletivo sobre Combustíveis, o Imposto Verde. Esse dinheiro vai ajudar o governo a recompor parte das receitas previstas no Programa de Estabilidade Fiscal perdidas com a rejeição da medida provisória da contribuição dos servidores inativos e do atraso na votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O ministro dos Transportes, Eli-
eu Padilha, disse ontem que a pro-
posta do novo imposto, que unifica
12 tributos e um
subsídio que inci-
dem sobre os com-
bustíveis, será fe-
chada em reunião,
no início desta se-
mana, com o presi-
dente Fernando Henrique Cardoso e líderes da base do governo. Padilha entregou ontem ao presidente um minucioso estudo com a proposta e o impacto do porcentual da nova alíquota sobre a arrecadação. “O presidente ficou com o material e até a reunião ele é quem vai definir”, disse o ministro, após o encontro com Fernando Henrique e o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), no Palácio da Alvorada. Segundo Padilha, será possível votar a criação do imposto durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, que começa dia 4 de janeiro.

A atual carga tributária sobre os combustíveis permite uma arrecadação de cerca de R\$ 18 bilhões por ano. Com o novo imposto, que incidirá também sobre o diesel, a arrecadação anual poderá saltar para até R\$ 23 bilhões. “Não haverá

mais incidência em cascata, será um imposto único, cobrado na refaria, e por isso insonegável”, explicou o ministro.

A arrecadação do imposto será repartida em 80% para a União e 20% para o Fundo Nacional dos Transportes (FNT), cujos recursos serão destinados à conservação de estradas, investimentos em hidrovia, ferrovias e portos. O dinheiro do fundo será dividido entre a União (60%), Estados (20%) e Municípios (20%). A previsão é que o preço da gasolina poderá aumentar entre 7% e 15% com o imposto. Segundo Padilha, a proposta do imposto seletivo mantém os subsídios sobre o álcool e tem o apoio dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. “É o primeiro passo da reforma tributária”, disse Padilha.

Com o dinheiro extra do FNT, o Ministério dos Transportes terá, na prática, renovado o seu orçamento para novos investimentos em 1999,

um dos mais afetados pelo Programa de Estabilidade Fiscal. Os investimentos na área de infraestrutura, pela qual o Ministério dos Transportes responde com 93%, foram reduzidos em 49%.

NOVA TAXA
SUBSTITUI 12
TRIBUTOS E UM
SUBSÍDIO

Gabeira – O deputado Fernando Gabeira (PV) criticou o tributo ontem, ao denominá-lo “imposto marrom”. Segundo o deputado, Padilha “quer a criação do imposto para aumentar os recursos para a seu Ministério”. “Internacionalmente, a idéia do imposto verde sempre esteve ligada ao combate à poluição e à proteção do meio ambiente”, afirmou. Como alternativa, o deputado defende o aumento da carga tributária sobre cigarros e bebidas e uma ação do governo, com fazem os EUA, para obrigar os fabricantes de cigarros a indenizar os gastos públicos em saúde com pacientes vítimas de doenças provocadas pelo fumo. (Colaborou Adriana Fernandes, da Agência Estado)